

COGNITIO JURIS – Vol. 4, No. 11 – Dezembro 2014

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Ano IV – Número 11 – Dezembro 2014

ISSN 2236-3009



Imagem: Tribunal de Justiça do Tocantins – Palmas -Brasil

APRESENTAÇÃO

A revista científica jurídica Cognitio Juris é de relevância para o meio jurídico, diante das

informações contidas de valor acadêmico e científico dos artigos apresentados pelos ilustres aplicadores do direito.

A qualidade e relevância se encontram nos assuntos abordados de um teor informativo no mais alto patamar jurídico.

Sabemos que o saber nunca se esgota, sempre tendo inovações diante das mudanças de comportamento de uma sociedade em evolução.

Temos a satisfação de apresentar um rebuscado estudo jurídico no relacionamento entre indivíduos de vivência no Direito operando em prol da elevação cultural da atividade acadêmica.

O conhecimento vem a engrandecer e libertar o homem da ignorância do saber, formando pessoas humanizadas e atuantes diante de uma realidade jurídico-social que interfere diretamente no cotidiano das pessoas que vivem em sociedade.

Publicação de teor valorativo que sempre dignifica a cultura de um povo.

Esperamos, dessa forma, contribuir para o engrandecimento das informações contidas nos trabalhos apresentados, melhorando o desempenho acadêmico e contribuindo para uma sociedade jurídica com sede do saber.

Lucilene Solano de Freitas Martins

Membro do Conselho Científico e Editorial

ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para

atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.

ARTIGOS

A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA FRENTE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA EFETIVIDADE PERANTE A ESFERA ELEITORAL - João Paulo Kemp Lima - Ano IV - Número 11 - Dezembro 2014

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PARA ENTENDER O NASCIMENTO DA VITIMOLOGIA - Ana Paula Alves Barros - Ano IV - Número 11 - Dezembro 2014

DEVERES DE CONSIDERAÇÃO NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS - Leonardo de Medeiros Garcia - Ano IV - Número 11 - Dezembro 2014

INSEMINAÇÃO POST-MORTEM NA LEI PORTUGUESA SOBRE PROcriAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA - LEI 32/2006 DE 26 DE JULHO - Marta Filipa Geraldês Falcão - Ano IV - Número 11 - Dezembro 2014

O DIREITO AUTORAL COMO OBJETO DE CONTRATO DE TRABALHO - Joyce Melo Carvalho da Silva; Hudson Carvalho Bianchini - Ano IV - Número 11 - Dezembro 2014

O PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE: DIREITO FUNDAMENTAL DO CONSUMIDOR PARA O EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO - Leonardo de Medeiros Garcia - Ano IV - Número 11 - Dezembro 2014

USUÁRIOS PÚBLICOS X AGÊNCIAS REGULADORAS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA EFICIÊNCIA PÚBLICA - André Ricardo Fonsêca da Silva - Ano IV - Número 11 - Dezembro 2014